



PROCESSO Nº : 186430/2020 (AUTOS DIGITAIS)
ASSUNTO : REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA
UNIDADE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
INTERESSADOS : VERIDIANA PAGANOTTI - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESPORTE E CULTURA (2017-2020)
WILSON TERUMASSA KUBOTA - ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA
FISCALIZAÇÃO DA OBRA

RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

PARECER Nº 617/2025

EMENTA: REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA. PREFEITURA DE SINOP. CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO DE PISTA DE BICICROSS. DANO AO ERÁRIO. AUSÊNCIA DE ART DE PROJETO. PARECER MINISTERIAL PELO CONHECIMENTO, PROCEDÊNCIA, RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO E MULTAS.

1. RELATÓRIO

1. Tratam os autos de **Representação de Natureza Interna**, proposta pela Secretaria de Controle Externo de Obras e Infraestrutura, em desfavor da Prefeitura Municipal de Sinop/MT, relativa à denúncia sobre a demolição da Pista de Bicicross com rampa “*gate*” recém-construída, no bairro Menino Jesus, no município de Sinop-MT, baseada na ocorrência de Denúncia formulada por meio do Chamado nº 558/2019 que transcorreu no processo nº 113484/2019.

2. Em relatório técnico para manifestação prévia, encartado no doc. digital n. 150377/2022, a SECEX consignou as seguintes irregularidades:

Responsáveis:

- Veridiana Paganotti - Secretária de Educação, Esporte e Cultura (2017-2020)
- Wilson Terumassa Kubota - Engenheiro Responsável pela fiscalização

1) JB_01. Despesa_Grave_01. Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas e/ou antieconômica (Art. 37 e 71, II, da Constituição Federal (Princípios da Eficiência e Economicidade; Portaria nº 1226/2017 que designa engenheiro fiscal da obra, processos da sindicância e do PAD).





1.1. Irregularidade relativa à realização de despesa ilegítima sendo necessária sua restituição aos cofres públicos, no montante de R\$ 26.275,48.

2) NB99. Diversos_Grave_99. Irregularidade referente ao assunto “Diversos”, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT. (Lei nº 6.496, de 07/12/1977; Art. 3º da Resolução nº 1.025, de 30/10/2009 do Confea; Súmula nº 260 TCU).

2.1. Irregularidade relativa à ausência de ART no projeto para a construção da pista de bicicross elaborado em maio/2017, o qual também não consta a autoria.

Responsáveis:

- Dina Bordulis – Contadora
- Veridiana Paganotti - Secretária de Educação, Esporte e Cultura (2017-2020)
- Lúcio Silva - Secretário de Obras e Serviços Urbanos (11/09/2017 – 14/08/2018)
- Daniel Brolese - Secretário de Obras e Serviços Urbanos (15/08/2019 – 02/09/2019)
- Edilson Rocha Ribeiro - Secretário de Obras e Serviços Urbanos (02/09/2019 – 31/12/2020)

3) CB04. Contabilidade_Grave_04. Divergência entre os registros contábeis das contas de Bens Permanentes e a existência física dos bens (arts. 83, 85, 89 e 94 a 96, da Lei nº 4.320/1964, Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Mcasp 8ª edição).

3.1. Irregularidade relativa à divergência entre o registro contábil patrimonial da pista de bicicross e o efetivamente gasto para a sua construção.

3. Notificados, apresentaram defesa prévia o Sr. EDILSON ROCHA RIBEIRO, a Sra. VERIDIANA PAGANOTTI e o Sr. WILSON TERUMASSA KUBOTA. O Sr. LUCIO SILVA manifestou nos autos solicitando cópia do processo, mas não apresentou defesa prévia. A Sra. DINA BORDULIS, Contadora, e o Sr. DANIEL BROLESE, Secretário de Obras e Serviços Urbanos, não se manifestaram.

4. Na sequência, foi elaborado relatório técnico preliminar, visível no doc. digital n. 459809/2024, reiterando as irregularidades JB01 e NB99 e desconsiderando a irregularidade CB04.

5. Regularmente citados, os senhores Wilson Terumassa Kubota e Veridiana Pegatotti não se manifestaram nos autos, razão pela qual foi determinada a citação por





editai.

6. Em seguida, diante do transcurso *in albis* do prazo para a defesa, o Relator, com fulcro nos artigos 105, parágrafo único, e art. 114, §2º a 6º, ambos do RITCE-MT, c/c o art. 41, §§1º ao 4º do Código de Processo de Controle Externo, declarou a revelia dos senhores WILSON TERUMASSA KUBOTA e VERIDIANA PAGANOTTI.

7. Em relatório técnico final, de doc. digital n. 573267/2025, a SECEX concluiu pela manutenção das irregularidades JB01 e NB99, sugerindo a restituição do valor a título de dano ao erário, R\$ 26.275,48 (Vinte e seis mil, duzentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos, atualizado a partir da data 30/9/2018), nos termos do art. 70, inciso II da Lei Orgânica desta Corte, de responsabilidade dos Srs. WILSON TERUMASSA KUBOTA e VERIDIANA PAGANOTTI, e aplicação de multa proporcional, em caráter personalíssimo, de 10% do valor atualizado do dano ao erário, e multa do art. 3º, inciso II, alínea “a”, da Resolução Normativa nº 17/2016.

8. Vieram os autos ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer ministerial. **É o breve relatório.**

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Da Preliminar de Admissibilidade

9. Importante ressaltar que dentre as competências atribuídas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, descritas no artigo 1º da Lei Complementar nº 269/2007, inclui-se a prerrogativa de fiscalizar a legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência de atos administrativos em geral, bem como o cumprimento de normas relativas à gestão fiscal, com vistas a assegurar a eficácia do controle externo.

10. No exercício de tal missão, o Tribunal de Contas tem como valioso instrumento a figura da Representação, que pode ser de natureza interna ou externa e tem o condão de apurar práticas de irregularidades e ilegalidades de atos e fatos da administração pública, nos termos do artigo 190 e seguintes do Regimento Interno deste





Tribunal, c/c artigo 46 da Lei Complementar nº 269/2007.

11. No caso em questão, a Representação de Natureza Interna foi apresentada por pessoa legítima para propositura do feito, nos termos no art. 191, do RITCE-MT, em linguagem clara e objetiva, acerca de matéria de competência do Tribunal, acompanhada de indícios de irregularidades, aquilatando os requisitos constantes no art. 192 da Resolução Normativa n. 16/2021, **razão pela qual este *Parquet* opina pelo seu conhecimento.**

2.2. DO MÉRITO

12. A Representação de Natureza Interna é originária da Denúncia formulada por meio do Chamado nº 558/2019, que transcorreu no processo nº 113484/2019, em que o denunciante relata ter ocorrido a **construção de pista de bicicross, no bairro Menino Jesus II, em Sinop/MT, e dois meses após a sua conclusão, o seu desmoronamento e sua demolição.**

13. A SECEX analisou toda a documentação remetida pela Prefeitura e apontou, em Relatório Preliminar, que, em 17/10/2016, foi emitido o edital de Pregão Eletrônico nº 41/2016 para aquisição de materiais de construção destinados à construção de uma pista de bicicross, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude. O termo de referência relacionou os materiais a serem empregados e estimou seu valor, os quais somados alcançaram o montante de R\$ 63.765,64.

14. Apurou-se que, por meio da Portaria nº 1226/2017, de 13/07/2017, foi designado o servidor Wilson Terumassa Kubota para fiscalizar a obra. Além disso, a Anotação de Responsabilidade Técnica 2789152, de 02.08.2017, registra a responsabilidade do engenheiro Wilson Terumassa Kubota pela fiscalização de obra – execução de *gate* partida – Pista Bicicross – Sinop-MT.

15. A equipe técnica constatou, contudo, que a Ordem de Serviço para o





início das obras foi emitida apenas em 13/07/2018.

16. Segundo a Secex, o Poder Executivo Municipal de Sinop, para apurar responsabilidade sobre o dano ocorrido em decorrência do desabamento da pista, instaurou Sindicância, sem que houvesse, contudo, a apuração de responsabilidades e a quantificação do dano. Instaurou-se ainda Processo Administrativo Disciplinar – PAD, onde se apurou a responsabilidade, mas não a quantificação do dano ou a necessidade de seu ressarcimento.

17. O PAD foi concluído apontando como responsável o servidor Claudomir José Carradore, por não observar as normas legais quanto à compactação da terra para a construção da pista de bicicross, ocasionando seu desabamento. No entanto, este faleceu em decorrência da COVID-19, sendo sugerido o arquivamento do PAD.

18. A Equipe Técnica verificou que nos processos de Sindicância e do PAD, não foram acostados os relatórios do fiscal da obra normalmente emitidos, nem os que comprovam comunicação às autoridades sobre os problemas na execução e sobre os atrasos para o início dela.

19. Após verificar ausência de estipulação de valores a serem ressarcidos, a SECEX elaborou cálculo para apurar o dano em decorrência do desabamento e demolição da pista de bicicross, no bairro Menino Jesus II, em Sinop/MT.

20. Conforme consta, a equipe técnica realizou visita *in loco* e apurou o valor de R\$ 26.275,48, a título de dano, de responsabilidade Sr. WILSON TERUMASSA KUBOTA, Engenheiro Responsável pela fiscalização da execução da obra de construção da Pista de Bicicross, e da Sra. VERIDIANA PAGANOTTI, Secretária Municipal de Educação Esporte e Cultura, à época (de 2017 a 2020).

21. Em defesa prévia, o Sr. WILSON TERUMASSA KUBOTA afirmou que todos os serviços foram executados pelos servidores lotados na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e que essa execução foi comandada por servidor comissionado da Secretaria.





Ademais, pontua que após a conclusão do aterro foram detectadas na edificação do “gate” fissuras e deformações nas paredes devido a execução incorreta do aterro.

22. A SECEX não acolheu as alegações e afirmou que o fato de a obra ter sido executada sob comando de servidor comissionado da Secretaria não elide a responsabilidade do fiscal da obra de fiscalizar a sua execução.

23. A **Sra. VERIDIANA PAGANOTTI** afirmou, por sua vez, que as irregularidades devem ser atribuídas à equipe de Engenharia, pois exigem qualificação técnica, logo, a responsabilização não poderia recair sobre a Secretária à época dos fatos.

24. Segundo a equipe técnica, o cerne da questão é a omissão o dever de vigilância por parte da gestora. Destacou, inclusive, que não houve a emissão de relatórios de fiscalização e acompanhamento por parte do fiscal da obra, Sr. WILSON TERUMASSA KUBOTA, Gerente na Secretaria da Educação, agente que lhe era subordinado.

25. Assim, ressaltou que a gestora não se valeu do poder hierárquico para exigir que o fiscal de obras desempenhasse seu papel. Por essa razão, a SECEX afirmou a presença da culpa *in vigilando*, uma vez que o dever de vigilância não depende da existência delegação de competência, pois é inerente à relação hierárquica.

26. Quanto à ausência de ART no projeto para a construção da pista de bicicross elaborado em maio/2017, não houve manifestação das partes em suas defesas prévias.

27. Nesse norte, a SECEX considerou que as irregularidades JB01 e NB99 não foram sanadas.

28. Por outro lado, desconsiderou a irregularidade relativa à divergência entre o registro contábil patrimonial e o valor efetivamente gasto para a construção da





pista de bicicross, por perda do objeto. Para tanto, a equipe técnica levou em consideração o resultado superavitário de R\$ 95.631.369,99 (noventa e cinco milhões, seiscentos e trinta e um mil, trezentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos) quando da análise das Contas de Governo de 2020, e afirmou que o não registro de despesas no valor de R\$ 113.988,06 não possui o condão de distorcer os resultados da contabilidade deste Município.

29. Assim, concluiu pelo apontamento das irregularidades JB01 e NB99, em relatório preliminar, razão pela qual os responsáveis foram citados.

30. Ocorre que tanto o Engenheiro responsável como a ex-Secretária mantiveram-se inertes, o que levou à declaração de revelia.

31. Em relatório técnico conclusivo, a SECEX manteve as imputações e opinou da seguinte forma:

- a) Emitir **juízo positivo de admissibilidade** da presente Representação, nos termos do art. 195, *caput* c/c art. 195, §1º, do Regimento Interno do TCE MT (Resolução Normativa nº 16/2021);
- b) Considerando a não ocorrência da pretensão punitiva e de ressarcimento decorrentes do exercício de controle externo pelo Tribunal de Contas, **condenar à restituição, no valor de R\$ 26.275,48 (Vinte e seis mil, duzentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos, atualizado a partir da data 30/9/2018)**, nos termos do art. 70, inciso II da Lei Orgânica desta Corte, os Srs. WILSON TERUMASSA KUBOTA e VERIDIANA PAGANOTTI;
- c) **Aplicação de multa**, em caráter personalíssimo, de 10% do valor atualizado do dano ao erário, nos termos da Resolução Normativa nº 17/2016, art. 7º, ao Srs. WILSON TERUMASSA KUBOTA e VERIDIANA PAGANOTTI;e
- d) **Aplicação de multa** nos termos da Resolução Normativa nº 17/2016, art. 3º, inciso II, alínea “a”, aos responsabilizados: WILSON TERUMASSA KUBOTA e VERIDIANA PAGANOTTI.

32. Este *Parquet* concorda com a equipe técnica, pelas razões que passa a expor.

33. Tem-se como indene de dúvidas que as alegações dos interessados não são capazes de afastar a responsabilidade pelos prejuízos causados pela obra mal executada, que se mostrou inservível para a população em decorrência do





desabamento, e que por essa razão foi demolida.

34. Os documentos trazidos aos autos, em especial as fotos, os processos de sindicância e de PAD, bem como a Portaria nº 1.226/2017, atestam que houve total omissão, por parte do Sr. WILSON TERUMASSA KUBOTA e da Secretária à época, Sra. VERIDIANA PAGANOTTI, em relação ao zelo na fiscalização da execução da pista de bicicross.

35. Destaca-se que o engenheiro responsável sequer elaborou os relatórios de fiscalização, tampouco se insurgiu, formalmente, contra a execução irregular do aterramento da rampa, com vistas a comunicar a autoridade superior com o propósito a impedir essa execução.

36. De igual modo, a Secretária Municipal de Educação Esporte e Cultura à época comportou-se de maneira incontestavelmente omissa, contribuindo para a ocorrência do dano. Como bem alude a Secex, não se exige conhecimentos técnicos por parte dos gestores, mas estes não podem se esquivar de exigir dos fiscais de obras a elaboração, em estrito cumprimento do seu dever legal, dos relatórios de fiscalização. Isso porque é por meio desses documentos técnicos que os gestores podem tomar as medidas cabíveis a fim de evitar situações como a ocorrida, e assim evitar danos ao erário.

37. Ademais, verifica-se a ausência de ART no projeto para a construção da pista de bicicross elaborado em maio/2017, o que configura irregularidade grave. Isso porque a ART deve ser apresentada em cada etapa da obra, incluindo projeto, execução, supervisão e fiscalização.

38. Nesse sentido, vale citar o Tribunal de Contas da União, que, em seu Manual de *Obras Públicas*, descreve o caráter abrangente da ART:

“Anotação de Responsabilidade Técnica – ART. É o registro que se faz no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) local, **previamente à execução de quaisquer serviços de engenharia, tais como projetos, perícias, avaliações, consultorias, sondagens e a execução da obra propriamente dita.** É ela que vincula o engenheiro responsável-





técnico ao trabalho por ele prestado, pelo qual passa a responder na eventualidade de que algum erro técnico seja detectado. Uma das vias da ART deve, obrigatoriamente, permanecer no local da construção, à disposição da fiscalização do CREA, e deve conter o nome e o registro de todos os responsáveis pelas etapas individuais da obra (sondagem, projetos, orçamento, construção, etc.).”

39. Cite-se ainda a Súmula nº 260, do TCU:

“É dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas.”

40. Destaca-se que nenhuma providência efetiva foi constatada no sentido de registrar os fatos, cuja obrigação era determinada pelo artigo 67, §1º da Lei 8.666/93, vigente à época, a saber: “O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados”.

41. Dessa forma, por inconteste descumprimento aos preceitos legais, mostra-se presente o erro grosseiro, conforme os termos do art. 28, LINDB, fazendo-se pertinente a manutenção das irregularidades.

42. Nessa senda, não resta outra alternativa senão pugnar pela procedência da representação sugerindo a imputação de penalidades e o dever de restituir ao erário.

43. Sendo assim, este *Parquet*, em consonância com a SECEX, opina pela manutenção das irregularidades JB01 e NB99, sugerindo a **restituição do valor de R\$ 26.275,48** (Vinte e seis mil, duzentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos, atualizado a partir da data 30/9/2018), nos termos do art. 70, inciso II da Lei Orgânica desta Corte, de responsabilidade solidária dos Srs. WILSON TERUMASSA KUBOTA e VERIDIANA PAGANOTTI; assim como pela **aplicação de multa**, em caráter personalíssimo, aos responsabilizados, **de 10% do valor atualizado do dano ao erário**, nos termos do art. 7º da Resolução Normativa nº 17/2016, em conjunto com a **multa do**





art. 3º, inciso II, alínea “a”, da Resolução Normativa nº 17/2016, c/c art. 28, LINDB.

3. CONCLUSÃO

44. Pelo exposto, o **Ministério Público de Contas**, instituição permanente e essencial às funções de fiscalização e controle externo do Estado de Mato Grosso (art. 51, da Constituição Estadual), **manifesta-se:**

a) pelo **conhecimento** da presente Representação de Natureza Interna, em vista da presença de todos os pressupostos de admissibilidade previstos nos artigos 191, c/c art. 192, do Regimento Interno do TCE/MT;

b) pela **procedência da Representação de Natureza Interna**, ante a manutenção das irregularidades JB01 e NB99;

c) pela **restituição ao erário do valor de R\$ 26.275,48** (Vinte e seis mil, duzentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos, atualizado a partir da data 30/9/2018), nos termos do art. 70, inciso II, da Lei Orgânica desta Corte, de responsabilidade solidária dos Srs. WILSON TERUMASSA KUBOTA e VERIDIANA PAGANOTTI;

d) pela **aplicação de multa** aos Srs. WILSON TERUMASSA KUBOTA e VERIDIANA PAGANOTTI, **de 10% do valor atualizado do dano ao erário**, nos termos do art. 7º da Resolução Normativa nº 17/2016; e

e) pela **aplicação de multa** aos Srs. WILSON TERUMASSA KUBOTA e VERIDIANA PAGANOTTI, conforme art. 3º, inciso II, alínea “a”, da Resolução Normativa nº 17/2016, c/c art. 28, LINDB.

É o parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 11 de março de 2025.

(assinatura digital)¹

GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO
Procurador de Contas

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

